



10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Mundo do Trabalho.

A Relação entre Educação Básica e Empregabilidade Juvenil no Brasil

Arthur Messias Sodré Cunha¹

Chesil Batista da Silva²

Túlio Baita dos Reis³

Saulo Jardim de Araujo⁴

Resumo: O estudo discutiu a relação entre educação básica, alfabetização e desocupação juvenil nas regiões do Brasil, utilizando dados do Censo do IBGE de 2022 e contribuições teóricas. Observou-se que regiões com maior taxa de alfabetização, como o Sul e Sudeste, apresentaram menores índices de desocupação juvenil, enquanto áreas como o Norte e Nordeste enfrentaram taxas mais altas de desemprego. A análise sugeriu que investimentos em educação e infraestrutura foram essenciais para melhorar oportunidades de emprego e reduzir desigualdades. A participação das comunidades na formulação de políticas públicas foi considerada fundamental. A reforma trabalhista de 2017 também foi mencionada como um fator influente. Concluiu-se que, embora outros fatores devam ser analisados, há uma correlação significativa entre alfabetização e desocupação, sugerindo intervenções políticas futuras.

Palavras-chave: Educação; Empregabilidade; Alfabetismo.

The Relationship between Basic Education and Youth Employability in Brazil

Abstract: The study discussed the relationship between basic education, literacy and youth unemployment in regions of Brazil, using data from the 2022 IBGE Census and theoretical contributions. It was observed that regions with higher literacy rates, such as the South and Southeast, had lower youth unemployment rates, while areas such as the North and Northeast faced higher unemployment rates. The analysis suggested that investments in education and infrastructure were essential for improving employment opportunities and reducing inequalities. The participation of communities in the formulation of public policies was considered fundamental. The 2017 labour reform was also mentioned as an influential factor. It was concluded that, although other factors must be analysed, there is a significant correlation between literacy and unemployment, suggesting future policy interventions.

Keywords: Education; Employability; Literacy.

¹ Pós-graduando em gestão financeira, auditoria e controladoria no Centro Universitário Internacional – UNINTER e bacharel em administração pelo ISECENSA. Email: arthursodrec@gmail.com.

² Mestre em planejamento regional e gestão de cidades na Universidade Cândido Mendes, doutorando em políticas sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense e professor da graduação em administração do ISECENSA. Email: profchesil@gmail.com

³ Mestre em engenharia de produção na Universidade Estadual do Norte Fluminense e professor da graduação em administração do ISECENSA. Email: tuliobaita@gmail.com

⁴ Doutor em economia na Universidade Federal Fluminense e professor da graduação em administração pelo ISECENSA. Email: sauloaraujo@isecensa.edu.br

Introdução

A interconexão entre educação e empregabilidade reveste-se de vital importância para o progresso econômico e social do Brasil. Diante de um contexto permeado pela crescente globalização e rápidas transformações tecnológicas, a qualidade do ensino desempenha um papel crucial na preparação dos jovens para os desafios do mercado de trabalho. Segundo recentes dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020), a taxa de desemprego entre os jovens no Brasil supera consideravelmente a média nacional, evidenciando a necessidade urgente de se aprofundar nas questões pertinentes à empregabilidade juvenil.

Segundo Soares (2019), a competitividade no mercado de trabalho contemporâneo demanda não apenas habilidades técnicas, mas também competências socioemocionais, como resolução de problemas, comunicação e trabalho em equipe. O autor argumenta que a educação deve ser capaz de preparar os jovens para enfrentar os desafios de um mercado de trabalho em constante evolução.

Corroborando Santos (2018) ao enfatizar que, em um ambiente marcado por rápidas mudanças e uma crescente complexidade, as habilidades interpessoais e emocionais tornam-se tão cruciais quanto às competências técnicas. A educação deve adaptar-se a essas demandas emergentes, capacitando os jovens com habilidades de tomadas de decisões os preparando para constante evolução.

O desafio do desemprego juvenil no Brasil é complexo e multifacetado. De acordo com a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), a falta de qualificação profissional é uma das principais razões para o desemprego entre os jovens brasileiros. Além disso, a informalidade e a precarização do trabalho também contribuem para a vulnerabilidade.

Diante desse cenário, o que motiva este estudo é; como a educação e a formação profissional podem ser aprimoradas para melhorar a empregabilidade dos jovens e reduzir o desemprego juvenil no Brasil?

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre educação e empregabilidade juvenil, investigando como diferentes níveis de tipos de educação, classe sociais, que podem influenciar as oportunidades de emprego para os jovens brasileiros. Este estudo busca relacionar e discutir os diferentes cenários do mercado de trabalho juvenil no contexto brasileiro. A análise será embasada em dados estatísticos retirados de institutos

públicos, além de revisões de literatura recentes. A presente pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais mais alinhadas às necessidades do mercado de trabalho brasileiro, e também, ao desenvolvimento de novos estudos.

Desenvolvimento

O conceito de juventude, por si só, se apresenta como controverso e ambíguo. Diversos enfoques podem ser adotados para caracterizar o período geralmente identificado como a transição da adolescência para a vida adulta. Segundo a Organização Nacional do Trabalho (OIT) “o parâmetro definidor de juventude está entre 18 e 24 anos”, enquanto a Política Nacional da Juventude subdivide este em três grupos: jovens de faixa etária entre 15 e 17 anos, (jovens-adolescentes); jovens de 18 a 24 anos (jovens-jovens); e jovens de faixa etária dos 25 a 29 anos, (jovens-adultos. A inexistência de um único marco para a juventude evidencia a complexidade das determinações e dos critérios que dificultam uma única e consensual definição para este período.

Como ressalta Sposito (2000), uma estratégia para resolver esse impasse e tornar viável o empreendimento investigativo reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude apresenta um desafio sociológico suscetível de investigação, uma vez que os critérios que a constituem como sujeitos são determinados historicamente e culturalmente. A juventude é simultaneamente uma condição social e uma forma de representação.

Não sendo o objetivo principal do presente estudo realizar uma investigação direta sobre a categoria juventude, adotaremos a perspectiva mencionada buscando compreender elementos da realidade que nos auxiliem a entender como se manifestam nas relações com o mercado de trabalho, suas implicações para os jovens pertencentes à classe trabalhadora e como sua condição social se configura nesse contexto.

Ainda conforme Sposito (2003) a variedade de contextos existenciais que influenciam os jovens justifica a consideração da “juventude” em sua abordagem plural. Entretanto, é possível interpretar essa categoria mediante a tensão dialética presente em seus aspectos socioculturais e de classe, os quais emergem em um estágio do ciclo de vida não determinado por critérios cronológicos ou por trajetórias lineares.

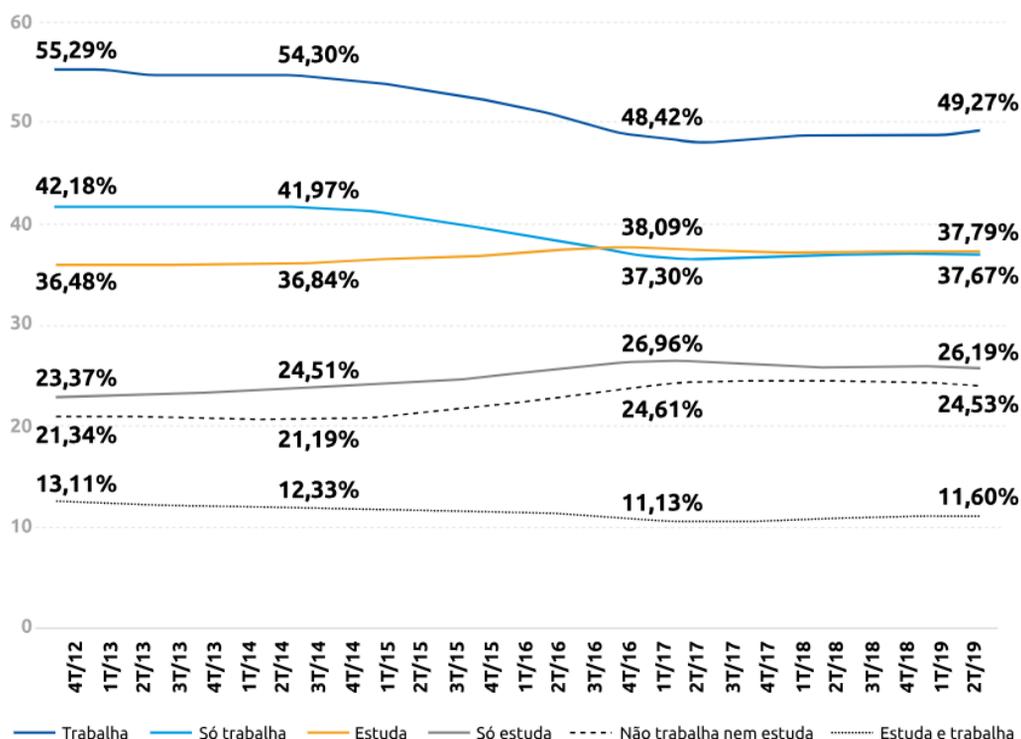
Nessa mesma direção, Atias-Donfut (1996) afirma que a entrada na vida adulta se faz cada vez de modo progressivo segundo etapas variáveis e “desreguladas” ou “desnormatizadas”. Estaríamos, assim, diante da “desinstitucionalização” do ciclo de vida ternário, centrado sobre o trabalho e da “descronologização” do percurso das idades que participa, assim, na reconstrução dos grupos sociais, com a entrada no mercado de trabalho dos jovens e a saída dos jovens velhos (SPOSITO, 2003, P12).

Diante dessa diversidade de perspectivas e interpretações sobre juventude, torna-se evidente a necessidade de abordagens mais amplas e contextualizadas, que considerem não apenas critérios cronológicos, mas também aspectos socioculturais, econômicos e históricos. O estudo da juventude não se resume a uma definição estática, mas sim a uma compreensão dinâmica e multifacetada desse período de transição.

O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica das combinações de estudo e trabalho entre os jovens brasileiros, no período histórico de 2012 a 2019. Levantamento este baseado nos dados da PNADC trimestral/IBGE, é crucial para entender as dinâmicas e transformações nas escolhas e oportunidades dos jovens ao longo dos anos. Segundo de Souza (2024), as tendências de jovens que estão fora do mercado de trabalho e do sistema educacional podem se relacionar com contextos sociais e econômicos da realidade do objeto de estudo, do local e do até mesmo do país.

Este gráfico não apenas ilustra as mudanças significativas na participação juvenil no mercado de trabalho e no sistema educacional, mas também fornece uma base histórica sólida para análises sobre as causas e consequências dessas mudanças. Conforme Gonçalves (2023) a compreensão das dinâmicas históricas educacionais é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes que visam o bem-estar e o desenvolvimento da juventude. Portanto, os indicadores abaixo são uma ferramenta valiosa para acadêmicos e formuladores de políticas, permitindo uma visão abrangente e detalhada das transformações no vínculo entre estudo e trabalho juvenil no Brasil.

Gráfico 1 - Percentuais de jovens conforme combinação de estudo e trabalho



Fonte: Adaptado FGV Social a partir de micro dados da PNADC trimestral/IBGE – Atlas das juventudes.

A combinação de estudo e trabalho ao longo do período de 4t/2012 a 2t/2019 revela tendências significativas que são essenciais para compreender as mudanças nas escolhas e oportunidades dos jovens no Brasil. Afirma, Coelho (2024) que analisar historicamente dados é crucial para identificar a necessidade de políticas públicas direcionadas a uma parcela específica, principalmente em situação de vulnerabilidade.

Destaca-se um declínio marcante na proporção de jovens que apenas trabalham, representados pela linha azul clara. A porcentagem reduziu-se de 55,29% no 4t/2012 para 49,27% no 2t/2019. Esta queda é significativa e pode indicar uma mudança na dinâmica do mercado de trabalho juvenil ou nas prioridades dos jovens em relação ao trabalho, possivelmente devido a fatores econômicos ou sociais que influenciam a decisão de trabalhar. Ainda atrelado a este declínio, em 2017 ocorreu a Reforma Trabalhista, Lei nº13.467/2017, que reformou a legislação trabalhista e trouxe uma série de mudanças destinadas a flexibilizar as relações de trabalho e a modernizar o mercado laboral. No entanto, o impacto dessas mudanças pode ter refletido neste indicador. Embora tenha sido esquematizada para dinamizar o mercado e criar oportunidades, a complexidade de

novas modalidades de emprego e a insegurança potencialmente associada a elas podem ter contribuído para esta queda da participação juvenil no mercado de trabalho. Esta correlação ressalta a necessidade de políticas públicas que equilibrem a flexibilidade do mercado com a proteção dos direitos trabalhistas, especialmente para jovens que estão iniciando suas trajetórias profissionais. (BRASIL, 2017)

Paralelamente, a proporção de jovens que apenas estudam, representados pela linha cinza pontilhada, mostra uma leve estabilidade com um pequeno aumento, variando de 13,11% no 4t/2012 para 11,60% no 2t/2019. Esta estabilidade pode sugerir uma constante valorização da educação entre os jovens, refletindo talvez políticas educacionais eficazes ou uma maior conscientização sobre a importância dos estudos para um futuro profissional.

Em contraste, a linha preta pontilhada, que indica os jovens que não trabalham nem estudam, revela um aumento preocupante de 23,37% no 4t/2012 para 26,19% no 2t/2019. Este crescimento sugere um aumento da quantidade de jovens fora do mercado de trabalho e do sistema educacional, o que tende a resultar em desafios socioeconômicos e problemas de integração social a longo prazo. Para Soares (2019) é crucial identificar a necessidade de políticas públicas eficazes direcionadas a essa parcela da juventude vulnerável.

Por outro viés, a linha laranja, que representa os jovens que trabalham e estudam simultaneamente, manteve-se estável com uma ligeira variação, de 36,48% no 4t/2012 para 37,67 no 2t/2019. Esta estabilidade indica uma consistência no balanço entre estudo e trabalho. Adicionalmente, a linha azul escura, engloba todos os jovens que trabalham (tanto os que apenas trabalham, quanto os que trabalham e estudam), demonstrou uma tendência leve ao declínio de 42,18% no 4t/2012 para 37,79% no 2t/2019. Isso indica uma diminuição geral na participação juvenil no mercado de trabalho neste período.

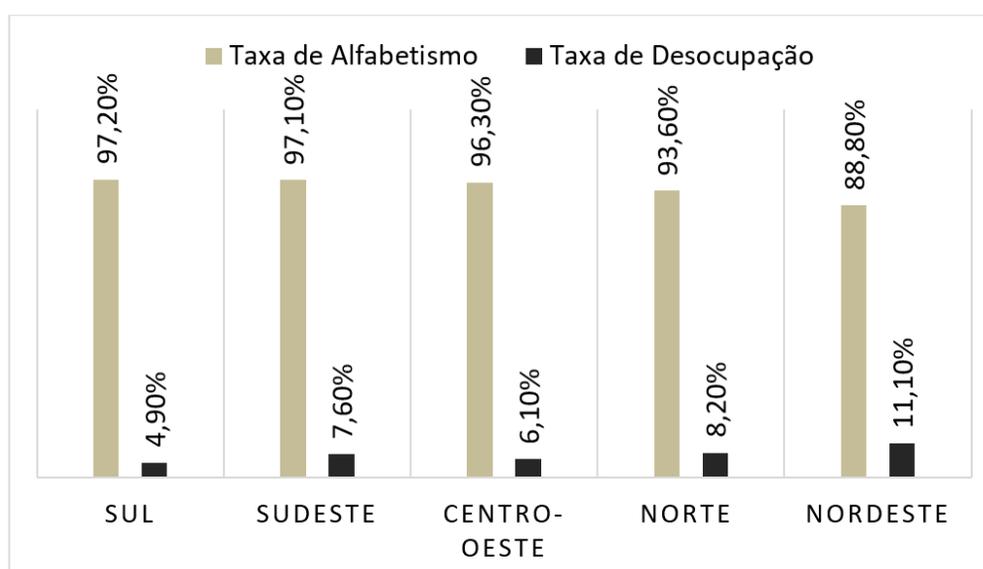
Os dados destacam tendências críticas, como redução do percentual de jovens que apenas trabalham, o aumento daqueles que não estudam nem trabalham e a estabilidade dos que apenas estudam. Informações essenciais para compreender as transformações nas escolhas e oportunidades dos jovens no Brasil ao longo dos anos. Elas indicam áreas prioritárias para intervenções públicas, visando melhorar a integração dos jovens no mercado laboral e no sistema educacional.

A combinação de estudo e trabalho entre jovens no Brasil, no período de 2012 e 2019, oferece um contexto crucial para as disparidades regionais no mercado de trabalho e no sistema de educacional. Para, Siqueira (2023) a alfabetização desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e na capacitação dos jovens, sendo um fator crucial para o progresso de um país. Escrever e compreender informações é a base sobre a qual se constrói o conhecimento necessário para participar efetivamente no mercado de trabalho e na vida cívica. Jovens alfabetizados têm acesso a uma gama mais ampla de oportunidades educacionais e profissionais.

Em decorrência, a compreensão de índices de alfabetização e desocupação é pode ser vital para entender as dinâmicas e desenvolver estratégias que possam reduzir as possíveis desigualdades.

O gráfico abaixo correlaciona dados do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) e também da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua, revelando a relação intrínseca entre as taxas de alfabetismo e desocupação em diferentes regiões do Brasil, destacando disparidades socioeconômicas e educacionais que refletem as realidades juvenis e regionais do país. Os dados apresentados para as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste evidenciam variações significativas que merecem uma discussão detalhada.

Gráfico 2 – Taxa de Alfabetismo e Desocupação por Região Brasileira 2022 – PNADC



Fonte: Adaptado a partir de dados da PNADC anual 2022/Censo IBGE 2022

Na região Sul, uma taxa de alfabetismo atinge 97,20%, acompanhada por uma taxa de desocupação relativamente baixa, de 4,90%. Esse cenário pode sugerir, analisado isoladamente, que a alta alfabetização está correlacionada com menores níveis de desemprego, refletindo uma possível economia regional mais robusta e uma infraestrutura educacionais eficaz. De acordo com, Raiher (2017), a estabilidade econômica e o desenvolvimento indústria do Sul são fatores benéficos para índices de desocupação baixos, a região é atrativa e visada pelo setor privado industrial.

O Sudeste apresenta uma taxa de alfabetismo similarmente alta, de 97,10%, mas com uma taxa de desocupação juvenil um pouco mais elevada, de 7,60%. A discrepância, embora menor, pode ser associada à alta densidade populacional e às complexas dinâmicas econômicas da região, que, conforme Carvalho (2021) apesar de oferecer muitas oportunidades de emprego formal, enfrenta uma série de desafios como a saturação de alguns setores de mercado laboral.

No Centro-Oeste, observa-se uma taxa de alfabetismo de 96,30% e uma taxa de desocupação de 6,10%. A região, de acordo com Carvalho (2021) é conhecida por sua força no agronegócio e por ser sede administrativa do país, mostra uma boa exibição entre educação e empregabilidade. No entanto, a dependência econômica do agronegócio pode influenciar a estabilidade do emprego, refletindo-se na taxa de desocupação observada.

A região Norte, com uma taxa de alfabetismo de 93,60% e uma taxa de desocupação de 8,20% apresenta uma situação mais desafiadora. A menor taxa de alfabetização em comparação com as regiões anteriores, aliada a uma taxa de desemprego mais alta, sugere que fatores como o acesso limitado à educação de qualidade e as dificuldades logísticas da região podem impactar as capacidades dos jovens no mercado de trabalho formal.

Corroborando, da Silva et. al. (2013) as dificuldades de acesso aos recursos educacionais podem impedir o pleno desenvolvimento das habilidades básicas educacionais da região Norte, especialmente o acesso limitado a educação de qualidade nas áreas remotas e rurais da Amazônia. Além do impacto na qualidade de vida e no bem-estar, a falta de oportunidades trabalhistas e educacionais pode perpetuar um ciclo de pobreza e desigualdade na região, acarretando migrações de jovens em busca de

melhores oportunidades em outras partes do país, resultando no esvaziamento de comunidades locais e na perda de talentos e recursos humanos. (DE SOUZA, 2021)

Do ponto de vista das políticas públicas e programas de fomento a educação e mercado de trabalho, é essencial abordar essas questões de forma abrangente e holística. Incluindo possíveis investimentos em infraestrutura educacional, além disso, políticas que incentivam o desenvolvimento econômico sustentável e a diversificação dos setores produtivos podem ajudar a gerar empregos reduzindo a dependência de atividades informais vulneráveis. De suma importância, também, levar em consideração as especificidades culturais e ambientais da região Norte, envolvendo as comunidades locais no processo de tomada de decisão e garantindo que as possíveis estratégias propostas sejam culturalmente sensíveis e ambientalmente sustentáveis.

Por fim, a região Nordeste, com a menor taxa de alfabetismo, de 88,80% e a maior taxa de desocupação, de 11,10%, ilustra uma transparência preocupante entre o baixo nível educacional e alto desemprego. De acordo com Oliveira et. al. (2020) historicamente, esta região enfrenta desafios socioeconômicos profundos, incluindo desigualdades estruturais, acesso insuficiente à educação básica e menor desenvolvimento estrutural do país, que agravam a situação retratada.

Em suma, os dados do Censo do IBGE de 2022 destacam a uma possível importância da educação como fator determinando a empregabilidade juvenil nas regiões do Brasil. As variações regionais nas taxas de alfabetismo e desocupação refletem disparidades que socioeconômicas que excluem políticas públicas direcionadas, focadas em melhorar o acesso à educação base promover o desenvolvimento econômico. Tais medidas podem ser cruciais para reduzir as desigualdades e fomentar um crescimento mais equilibrado e inclusivo no país.

É vital considerar as especificidades regionais e incentivar a participação ativa das comunidades juvenis na formulação de possíveis propostas que atendam às necessidades reais e promovam um desenvolvimento duradouro. Todavia, é notório e não podemos deixar de frisar o retrospecto histórico apresentado neste artigo. Através da literatura e da base de dados coletadas, observa-se uma relação consistente entre o índice de alfabetismo dos jovens e as taxas de desocupação, indicando que a educação desempenha um papel central na empregabilidade juvenil. Este vínculo reforça a possível

importância de olhares para a educação de qualidade e acessível como meio de promover a inclusão social e econômica.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurou-se discutir e apontar as possíveis relações entre os índices de alfabetização e desocupação juvenil nas diversas regiões do Brasil, com base nos dados do Censo do IBGE de 2022 e nas contribuições teóricas de diversos autores. Observou-se que as disparidades regionais podem estar associadas a fatores socioeconômicos, culturais e estruturais específicos de cada área. É possível que o acesso limitado à educação de qualidade, especialmente em regiões remotas, tenha um impacto direto nas taxas de desocupação juvenil. Da mesma forma, a robustez econômica e a infraestrutura educacional eficiente, como observado no Sul do país, podem estar correlacionadas com menores índices de desemprego entre os jovens.

A análise apresentada sugere que investir em educação e infraestrutura pode ser um caminho promissor para melhorar as oportunidades de emprego e promover um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado. Políticas públicas que considerem as particularidades regionais e incentivem a participação ativa das comunidades locais na formulação e implementação de estratégias educativas e econômicas podem ser fundamentais para alcançar esses objetivos. Além disso, a diversificação dos setores produtivos e a criação de empregos formais em regiões com maior dependência de atividades informais podem contribuir para a redução das desigualdades.

A estabilidade econômica e o desenvolvimento industrial são fatores decisivos que contribuem para baixos índices de desocupação. Além disso, a alta densidade populacional e as dinâmicas econômicas complexas do Sudeste oferecem muitas oportunidades de emprego, mas também apresentam desafios significativos. As dificuldades de acesso a recursos educacionais nas áreas remotas e rurais da Amazônia impedem o pleno desenvolvimento das habilidades educacionais, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. Por sua vez, a região Nordeste enfrenta desafios socioeconômicos profundos, incluindo desigualdades estruturais e acesso insuficiente à educação básica.

A Lei nº 13.467/2017, que introduziu a reforma trabalhista, também pode ter tido um impacto relevante nas dinâmicas de emprego juvenil. As alterações nas normas de contratação e flexibilização das relações de trabalho podem ter influenciado as taxas de desocupação entre os jovens, especialmente em um contexto de mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas.

Portanto, é possível concluir que as relações entre alfabetização e desocupação juvenil são complexas e multifacetadas, exigindo abordagens holísticas e contextualmente sensíveis. O objetivo deste artigo foi fomentar a discussão e oferecer *insights* que possam orientar a elaboração de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e sustentável em todo o Brasil. As conclusões apresentadas servem como ponto de partida para futuras pesquisas e debates sobre como melhor atender às necessidades educacionais e econômicas dos jovens brasileiros, promovendo assim um futuro mais próspero e equitativo para todas as regiões do país.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 14 jul. 2017.

CARVALHO, Mariana Costa. **Mercado de trabalho no Brasil:** particularidades da formação social e econômica e a universalidade sistêmica do capital. *Libertas*, v. 21, n. 1, p. 236-255, 2021.

COELHO, Fábio Renato Arruda. **Mercado de trabalho brasileiro e os impactos da pandemia.** 2024.

DA SILVA BENTO, Maria Aparecida et al. **A educação na região Norte:** apontamentos iniciais. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 5, n. 1, p. 140-175, 2013.

DE SOUZA, **Priscilla Pacheco.** **Dificuldades dos Jovens Brasileiros para entrar no Mercado de Trabalho.** Instituto Maayan, PP de Souza – institutomaayan.org.br. Acesso em: 14 de março 2024.

DE SOUZA, Twila Lazarini I. Mayara; MATOS-DE-SOUZA, Batista I. Rodrigo. **Educação e migração na região norte: análise dos currículos estaduais.** Livro de resumos, p. 30, 2021.

GONÇALVES, Rosangela Teixeira et al. **Políticas Públicas para a Juventude no Brasil** – Um Balanço a partir da Implementação do Estatuto da Juventude (2013-2023). REVISTA FOCO, v. 17, n. 5, p. e4975-e4975, 2024.

IBGE. (2020) **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Primeiro Trimestre de 2020**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA. (2018). **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

OIT. Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Brasília: 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade et al. **As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região Nordeste**. Revista Ibero-americana de Educação, 2020.

RAIHER, Augusta Pelinski; DE LIMA, Jandir Ferrera; OSTAPECHEN, Leandra Aparecida Perego. **Crescimento econômico regional no sul do Brasil**. Revista de Economia e Agronegócio, v. 15, n. 2, p. 224-249, 2017.

SANTOS, A. B. (2018) Habilidades socioemocionais e sua importância no mercado de trabalho contemporâneo. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**, Santa Catarina: UFSC 4(2), n. 87-101, 2018.

SIQUEIRA, João Victor. **A importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA): Uma análise do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil**. Metodologias e Aprendizado, v. 6, p. 407-414, 2023.

SOARES, J. (2019). **Educação e Empregabilidade: Desafios e Perspectivas para o Mercado de Trabalho Brasileiro**.

SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em Torno do Conhecimento **Sobre Juventude na Área da Educação**: relatório. Estado do Conhecimento: juventude e escolarização. São Paulo: CNPq/FAPESP/INEP, v. 317, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. 2003, n.24, pp.16-39.